

SE A LÍNGUA É UM FACTOR DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL, COMO SE COMPREENDE QUE A MESMA LÍNGUA IDENTIFIQUE CULTURAS DIFERENTES?*

Maria Helena Mira Mateus¹

Resumo

O artigo questiona a afirmação de que a “língua é um fator de identificação cultural”, a partir da revisão de diferentes abordagens das relações entre língua e cultura. Nessa perspectiva, discute-se o caso do Português como exemplo de uma língua que identifica diferentes culturas e os fatores que provocaram o afastamento das variedades portuguesa e brasileira, para concluir que a língua é um fator de identificação cultural, mas só no uso e pelo uso que dela faz o indivíduo e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam como materna.

Palavras-chave: Língua; identificação; fator; português.

Résumé

L'article discute l'affirmation dont “la langue est un facteur d'identification culturelle” à partir de la révision de différentes approches des rapports entre langue et culture. Nous discutons alors le cas du Portugais comme exemple d'une langue qui identifie de différentes cultures et les facteurs qui ont provoqué l'écart entre les variétés portugaise et brésilienne pour conclure que la langue est un facteur d'identification culturelle, mais seulement dans l'usage et par l'usage dont se sert l'individu et pas seulement parce qu'il appartient à l'une des plusieurs communautés qui se servent de cette langue en tant que langue maternelle.

Mots-clés: Langue; identification; facteur; portugais.

1. O PROBLEMA

Ainda que seja habitual afirmar-se que a língua é um fator de identificação cultural, é lícito questionar esta

afirmação perante a constatação de que uma só língua identifica, frequentemente, culturas distintas. Assim sucede com o Inglês, o Espanhol, o Português ou as línguas faladas pelos Apaches e Navahos, no sudoeste dos Estados Unidos, idênticas às línguas do Atabasca, no norte do Canadá e no Alasca (Titiev, 1963:324).

Ao questionar a afirmação com que iniciei este artigo fui levada a rever diferentes perspectivas sobre as relações entre língua e cultura, começando por um dos primeiros filósofos que longamente discorreu sobre esta questão: Wilhelm von Humboldt. Um dos seus mais interessantes escritos tem o elucidativo título de *Sobre a origem das formas gramaticais e sobre a sua influência no desenvolvimento das ideias*.

Para Humboldt, as palavras são como “objectos reais” e as relações gramaticais servem apenas de nexo; mas o discurso só é possível com o concurso de ambas (...) As relações gramaticais (...) podem ser introduzidas na língua pelo pensamento dos que a falam, e a estrutura da língua pode ser de tal natureza que possa evitar, com este sistema, pelo menos em grande parte, a incerteza e a confusão” (p. 14). Assim, o que caracteriza o mérito de uma língua são as suas formas gramaticais, que permitem a representação do pensamento abstracto. São as características da forma que possibilitam o reconhecimento da “acção do pensamento”, e deste modo

uma língua nunca alcançará uma excelente constituição gramatical se não tiver o feliz privilégio de ser falada, pelo menos uma vez, por uma nação de inteligência viva ou de pensamento profundo (p. 33).

Humboldt afirma ainda que o nível superior de uma língua não está condicionado apenas pelo mérito da nação que a fala. Essa mesma língua contribui para o desenvolvimento do pensamento através da forma gramatical que

*Esta conferência contém as ideias fundamentais que desenvolvi em artigo a ser incluído num livro em preparação no Brasil.

¹ Professora Titular da Faculdade de Letras Universidade de Lisboa

mesmo quando não dirigimos voluntariamente a atenção sobre ela, produz e deixa a impressão de uma forma, e deste modo favorece o desenvolvimento do pensamento abstracto (p.37).

Existe portanto, entre língua e pensamento caracterizador de uma nação (entenda-se também, cultura), uma dialética impulsionadora da elevação do pensamento abstracto, que tem como motor inicial a superioridade da comunidade nacional.

Humboldt é um verdadeiro epígono do Romantismo alemão, herdeiro de Herder e defensor de que o espírito de uma nação está contido na língua que fala. Esta obra Sobre a origem das formas gramaticais e sobre a sua influência no desenvolvimento das ideias, que data de 1822, é uma expressão interessantíssima dessa perspectiva. Era o tempo da consolidação da nação alemã concebida por Bismark e concretizada na pessoa do imperador Guilherme I, caracterizando-se as nações a partir das respectivas dimensões culturais, uma das quais, a língua, surgia como relevante e aglutinadora.

Na segunda parte do século XIX, as especulações de filósofos e linguistas prospectivavam o progresso das línguas e das culturas sob a influência da teoria evolucionista de Darwin enquanto na América do Norte se ia descobrindo o maravilhoso mundo das culturas indígenas. Foi já nas primeiras décadas do século XX que linguistas e antropólogos norte-americanos, confrontados com a análise de línguas pouco ou nada conhecidas, nomeadamente as línguas ameríndias, defenderam uma perspectiva das relações língua-cultura e língua-pensamento que denominamos hoje “relativismo linguístico”. De entre esses linguistas cabe pôr em relevo Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir. Vejamos em que se funda a concepção relativista das suas obras.

Whorf era por formação profissional um engenheiro químico especializado na prevenção de incêndios, e por interesse e paixão um antropólogo e um linguista. O contacto e a análise de línguas índias da América – que estudou orientado e apoiado por Edward Sapir –, sobretudo da língua dos Hopi, foram a base da teoria que desenvolveu durante os anos 30 sobre as relações entre língua e pensamento, com extensão para a interdependência língua-cultura. Estava-se então na época em que os intelectuais norte-americanos defendiam com veemência que os povos não industrializados tinham sistemas linguísticos, culturais e de pensamento tão complexos e válidos como os povos considerados mais avançados, perspectiva que se opunha ao determinismo biológico que amarrava os povos a uma hierarquia sócio-político-económica decorrente das respectivas características genéticas.

Em consequência de algumas análises de línguas ameríndias, Whorf registou diferenças estruturais entre essas línguas e as indo-europeias ocidentais, pondo em destaque, nomeadamente, o facto de a língua Hopi poder transmitir numa única expressão o *espaço* e o *tempo*, diferentemente das línguas em que as duas noções se verbalizam em expressões

independentes. Ora recorde-se que data de 1905 o artigo de Einstein que revolucionou a física newtoniana criando a teoria da relatividade restrita, que vem propor que o espaço e o tempo não sejam independentes entre si mas relativos, formando a conexão espaço-tempo.

Fascinado com o paralelismo entre a forma de expressão do tempo e do espaço na língua dos Hopi e uma das mais relevantes descobertas da teoria da relatividade, Whorf concluiu que a apreensão da realidade decorre das formas que a língua põe à nossa disposição. A dificuldade em traduzir com exactidão uma frase, mesmo entre línguas próximas como as indo-europeias ocidentais, é um argumento para reforçar a teoria do relativismo linguístico, já que essa dificuldade (ou impossibilidade) provaria que as línguas reflectem uma diversa apreensão da realidade.

Retomando a questão da integração do tempo e do espaço em línguas como o Hopi, e no que toca a este aspecto específico, diz Whorf:

Does the Hopi language show here a higher plane of thinking, a more rational analysis of situations than our vaunted English? Of course it does. In this field and in various others, English compared to Hopi is like a bludgeon compared to a rapier. (Whorf, 1956:85).

Outras profundas diferenças verificadas entre línguas como o Inglês, o Sânscrito, o Chinês, o Japonês, o Maia ou as línguas Algonquim levam-no à conclusão de que

every language is a vast pattern-system, different from others, in which are culturally ordained the forms and categories by which the personality not only communicates, but also analyses nature, notices or neglects types of relationship and phenomena, channels his reasoning, and builds the house of his consciousness (ibid. p. 252).

É na sequência desta perspectiva que se compreende a seguinte frase:

The statement that “thinking is a matter of language” is an incorrect generalization of the more nearly correct idea that “thinking is a matter of different tongues” (Whorf, 1956: 239)

A personalidade fascinante de Whorf e a novidade das suas teorias marcaram fortemente, na época, a relação entre a linguística e as ciências exactas, a filosofia, a psico-sociologia e a religião. Por todas estas áreas Whorf se interessou com paixão e com uma poderosa e inteligente curiosidade. Alguns anos mais tarde, a antropologia cultural ainda se reconhece na sua teoria, como se pode ver em Titiev (1963):

O falecido Benjamin Whorf declarou claramente que um padrão socialmente aceite de emprego de palavras é frequentemente anterior a certas formas cultu-

ralmente aprovadas de pensamento e de comportamento (Titiev, 1963:326).

O contacto de Whorf com Sapir, e a admiração que este brilhante linguista lhe dedicava, fez com que as posições dos dois fossem agregadas no que se denomina a hipótese de Sapir-Whorf. Na realidade, porém, existem bastantes diferenças na perspectiva de ambos sobre a relação entre língua e cultura.

Na obra de Sapir surgida em 1921 – publicada em 1954 em língua portuguesa na tradução de Mattoso Câmara – a relação entre língua, raça e cultura não implica uma interdependência:

Nada mais fácil que provar que um grupo de línguas não tem qualquer correspondência necessária com um grupo racial ou uma área cultural. Pode-se até mostrar que uma só língua não raro intercepta linhas de raça e cultura (p.206-07).

E acrescenta

O que se dá com a raça, dá-se com a cultura (...) Línguas sem qualquer parentesco partilham de uma só cultura; línguas intimamente cognatas - quando não uma língua única - pertencem a círculos de cultura distintos (p. 210-11).

Não há assim, para o linguista americano, qualquer relação de causa a efeito entre língua e cultura. Ou seja:

todas as tentativas para estabelecer conexão entre tipos de morfologia linguística e certas fases correlatas de desenvolvimento cultural são vãs (p. 215).

Não obstante a clara afirmação da separação entre língua, raça e cultura, Sapir foi um linguista “mentalista” (por oposição ao mecanicismo reinante na época na linguística norte-americana) preocupado com a face oculta da língua, ancorada no subconsciente do homem. Também neste aspecto Sapir difere do relativismo lingüístico whorfiano. A relação que estabelece entre língua e pensamento funda-se no conceito de que existe um nível abstracto e “profundo” do sistema linguístico subjacente à superfície apreensível. Este conceito está patente, por exemplo, nas reflexões sobre os “valores” fonéticos de uma língua:

por trás do sistema de sons puramente objectivo, peculiar a uma língua e a que só se chega por laboriosa análise fonética, há um sistema mais restrito, ‘íntimo’ ou ‘ideal’, que, igualmente inconsciente talvez como sistema aos homens em geral, pode muito mais facilmente ser trazido para o campo da consciência, à maneira de um padrão definido, de um mecanismo psicológico (p. 63).

A perspectiva da linguística mentalista inflectiu, nos últimos quarenta anos, para o desenvolvimento da linguística

no paradigma da cognição de par com o espectacular aprofundamento no conhecimento do cérebro humano. Neste percurso, a ciência da linguagem tem sido orientada, desde meados dos anos 50, pela teoria desenvolvida por Chomsky que recusou logo de início uma análise das línguas puramente descritiva. A linguística preocupa-se, desde então, com questões da origem e conhecimento da competência linguística, e tem como principal objectivo a procura dos princípios da gramática universal. Neste contexto, todo o relevo foi atribuído à descoberta dos princípios da faculdade da linguagem que contribuem para a construção deste sistema cognitivo particular.

Estamos, portanto, afastados da análise da diversidade das línguas com o fim de demonstrar que todas elas provam o nível idêntico de complexidade cultural atingido pelas comunidades que as falam, pese embora a sua diversa maneira de interpretar a realidade (Whorf). Assim, a partir dos anos 60, a linguística denominada generativa procura utilizar os factos das línguas particulares para identificar os princípios da gramática universal (Chomsky, 1966: 182).

Enformada por uma perspectiva que colheu em Descartes algumas ideias básicas, a teoria linguística marcante dos anos 60 e 70 radica na convicção de que o homem possui uma faculdade particular, um tipo de organização intelectual única (...) que se manifesta no que podemos chamar o “aspecto criador” da utilização normal da linguagem (ibid.: 20). Esse aspecto criador é demonstração da especificidade racional do homem – a sua capacidade de pensar – e é, ao mesmo tempo, decorrente dessa capacidade.

Tendo em conta que o objecto da investigação

deixou de ser o estudo do comportamento linguístico ou os produtos desse comportamento para passar a ser os estados da mente/cérebro que fazem parte de tal comportamento (Chomsky, 1986: 23),

é compreensível que as características particulares do comportamento de uma sociedade, habitualmente denominadas cultura, tenham sido afastadas dos interesses dos linguistas.

Estamos, portanto, longe de um relativismo psicolinguístico – ou seja, o homem é um produto da cultura envolvente, logo, as diferenças culturais espelham-se nas diferentes línguas que por sua vez denunciam formas diferentes de estar no mundo – e mais longe ainda da perspectiva romântica que entendia a língua como um produto da cultura de um povo.

O espaço de discussão sobre as relações entre língua e identificação cultural tem sido progressivamente preenchido pelas preocupações dos sócio-linguistas no que respeita às questões da variação linguística. A grande importância atribuída à variação das línguas, em interacção com a variação das sociedades, abriu campo para o estudo dos factores intervenientes nessa variação, internos e externos,

históricos e resultantes do contacto entre línguas, e para o desenvolvimento das perspectivas teóricas nesta área. Bilinguismo e multilinguismo, alternância de códigos, línguas mistas e línguas crioulas supõem, evidentemente, capacidades cognitivas e programas inatos, mas não estabelecem com essas capacidades e programas uma relação de causa a efeito. Ou seja, a variação das línguas não resulta apenas das capacidades cognitivas do homem, mas da interacção dos factores estritamente linguísticos e dos factores sociológicos.

O título desta conferência é transversal às questões até agora abordadas. E se o Português é um bom exemplo de uma língua falada como materna por comunidades de diferentes culturas, uma análise de alguns factores que levaram ao afastamento das variedades portuguesa e brasileira pode ajudar-nos a compreender uma aparente contradição.

2. PORTUGUÊS EUROPEU, PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.1. Encontro de línguas

O início da colonização do Brasil pôs em contacto o português europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes da terra recém-descoberta. Na altura, os índios eram em número muito superior aos portugueses que, durante largos anos, se viram obrigados a aprender a nova língua. Em 1561, escrevia do Brasil o Padre Manuel da Nóbrega que, “para lá”, a língua da terra era a “mais principal ciência”. A missionação dos jesuítas reforçou a necessidade de aprendizagem da língua dos índios falada ao longo do litoral – uma das chamadas ‘línguas gerais’ –, utilizada pelos catequizados simultaneamente com o português.

Poucos anos passados sobre a descoberta do Brasil, iniciou-se o tráfico de escravos negros para a América. Provindos de várias regiões e de várias etnias, é provável que já falassem, com afirma Serafim da Silva Neto, um dialecto crioulo-português, dado que o português foi *língua geral* nas costas de África durante os séculos XV, XVI e XVII.

Aliás, a existência desse crioulo, ou de um estado de crioulição do português no Brasil, tem sido motivo de polémica, conquanto não esteja atestado documentalmente. Pesquisas recentes em regiões do estado da Bahia reforçaram os argumentos dos defensores de uma possível origem crioula do português brasileiro, ainda que a discussão do problema se mantenha em aberto.

Na hipótese de ter existido um crioulo permitindo a comunicação entre africanos de várias origens e entre estes e os portugueses, podemos interrogar-nos porque não se fixou esse crioulo como língua materna das gerações seguintes. As circunstâncias históricas da colonização brasileira tal não permitiram. Vejamos: nos primeiros tempos da colonização os índios soblevavam em número qualquer outra população, razão porque a missionação e muita comunicação quoti-

diana se fazia na língua geral de origem ameríndia. Desde cedo, porém, e até ao século XIX, os barcos de traficantes de escravos não cessaram de deixar na costa brasileira incontáveis grupos de negros cujo número veio a ultrapassar rapidamente o dos primitivos habitantes da terra.

Por outro lado, no início do século XVII, a emigração de Portugal para o Brasil começou a intensificar-se, primeiro pelo encaminhamento para as terras americanas de milhares de casais açorianos, depois pela atracção que a riqueza da colónia exercia sobre todas as classes sociais (sobretudo durante o século XVIII) e, finalmente, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no século XIX. Todas estas circunstâncias forçaram a utilização do português e a sua extensão progressiva aos falantes das línguas gerais, mantendo-se apenas as línguas que hoje perderam como maternas em comunidades índias.

Do contacto do português com as línguas dos nativos e com os crioulos africanos resultaram, naturalmente, influências várias na língua dos colonizadores. Releve-se também o contacto do português com os largos grupos de emigrantes, europeus e asiáticos, que se fixaram no centro e sul do Brasil e que mantêm, em muitas circunstâncias, a sua própria língua no interior das respectivas comunidades. Estamos, portanto, diante de um interessante quadro multilinguístico, paralelo ao que podemos encontrar noutras áreas da América, e que confirma a importância do contacto entre línguas para a compreensão das vertentes variacionais.

2.2. Uma só língua, diferentes culturas

Se a influência de factores exógenos no *português brasileiro* pode reconstituir-se com fundamento documental e conhecimento histórico, a influência dos mesmos factores no desenvolvimento do *português europeu* desde a sua origem torna-se mais problemática para a explicação da variação dentro das fronteiras políticas de Portugal. É certo que o contacto com os povos recém-descobertos, com as invasões do território por estrangeiros, e com as estreitas relações com outras nações europeias influíram, inevitavelmente, na variação do português europeu. Contudo, o facto de as fronteiras políticas de Portugal serem as mais antigas da Europa contrariou uma variação mais profunda provocada por factores exteriores, a qual foi sobrelevada pela acção de factores internos à própria língua.

Tendo presentes as circunstâncias que marcaram a variação do português europeu e do português brasileiro, lembrem-se, a título exemplificativo, certas características comuns às duas variedades frente às restantes línguas românicas, e alguns aspectos que com evidência as distinguem.

Notem-se, por exemplo, em todas as variedades, os numerosos ditongos nasais e orais, o infinitivo flexionado, a construção dos tempos compostos com o verbo *ter*, a harmonização vocálica nos verbos, a localização do acento tónico, a utilização, na resposta, do verbo da pergunta.

Repare-se, por outro lado, nas diferenças que no nível de superfície exibem as duas variedades, como a enorme redução das átonas no português europeu, ou a africacão das oclusivas /t/ e /d/ antes de [i] ou a supressão do [r] final de palavra em muitos dialectos do Brasil, ou a já clássica colocação diversa dos pronomes clíticos e, ainda, as formas de tratamento, complicadíssimas em Portugal, simplificadas no Brasil.

Finalmente, o *léxico* brasileiro é um repositório de memórias da convivência entre diferentes povos, e contém, como seria de esperar, inúmeros vocábulos de origem ameríndia, como *guri*; *capim*; *pipoca*; *mingau*, e africana, como *caçula*; *moleque*; *senzala*.

As diferenças que acima sumariei, num apanhado superficial, são detectáveis por falantes portugueses, brasileiros e estrangeiros. Mais: o português do Brasil é indubitavelmente mais fácil de compreender, a nível oral, por falantes de outras línguas devido sobretudo à audibilidade das vogais. Ocorre então perguntar: perante as diferenças indicadas, perante uma diversa atitude exterior em face das duas variedades, estaremos nós diante de duas línguas ou deveremos manter a mesma designação para as duas formas de falar?

De um ponto de vista estritamente linguístico, não há como provar que as diferenças inventariadas entre duas formas de falar próximas obrigam a que essas formas de falar passem a ser consideradas como duas línguas distintas. As únicas línguas a que, nos tempos recentes, foi reconhecido o estatuto de línguas independentes são os *crioulos* cuja emergência como línguas, ainda que ancorada em bases linguísticas, ocorreu num contexto histórico acentuadamente político.

Assim, sem possibilidade de inequívoca demonstração linguística para a separação, em línguas distintas, das variedades de uma língua “pelo mundo em pedaços repartida”, a manutenção dessas variedades no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, *uma opção política*. Ou seja, o termo “Português”, que cobre as variedades sociolectais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional. A presença nestes ambientes de grupos de interesses unidos por falarem “a mesma língua” potencia a tomada de posição desses grupos, sobretudo quando se trata de comunidades de menor força no campo económico.

Estarei, portanto, a sugerir que a língua é tão só um factor de importância politico-económica? Não será ela também o tal factor de identificação cultural de que no início se falou? Como conjugar esta última definição com o facto óbvio de a mesma língua ser falada, como língua materna, por povos com diferentes referências culturais?

Até este momento esteve implícita a diversidade de culturas entre Portugal e o Brasil. O que foi dito sobre a

influência das línguas que estiveram em contacto com o português na constituição da variedade brasileira tem como corolário a interpenetração das referências culturais dos povos que as falavam na constituição do povo brasileiro. Igual caminho de inter-influências culturais percorreram os portugueses. Religião, música, artes plásticas e literárias, relações sociais e parentais, etnicidade, referências de género e de juventude desvendam formas específicas de estar no mundo que, tal como a língua, variam no tempo e no espaço, mas distinguem de modo evidente e global, as sociedades dos dois lados do Atlântico.

Estamos portanto diante de duas formas do comportamento – a linguística e a que genericamente denominamos cultural – que resultam da interacção das capacidades cognitivas e emocionais do homem e das orientações comportamentais que lhe são transmitidas pelo contexto social.

A actividade linguística tem uma só natureza – realiza-se pela fala – e tem um nome: ‘língua portuguesa’, ‘língua francesa’, ‘língua japonesa’, ou outra. Mas esse nome cobre uma abstracção se não o concretizarmos na produção linguística de cada indivíduo. E é porque cobre uma abstracção que a língua pode servir uma opção política e sócio-económica.

De igual modo, o termo ‘cultura’ cobre uma abstracção, mas a sua concretização distribui-se por diversas formas de comportamento cujas fronteiras são menos definidas. Daí que o seu poder simbólico tenha menor impacto num contexto plurinacional.

Se a concretização da *língua* se faz através da produção linguística individual, utilizada de acordo com o dialecto, o sociolecto e o próprio registo do indivíduo, também a *identificação cultural* é a realização, para cada pessoa, de uma determinada cultura abstractamente considerada. Assim, essa realização está intimamente ligada aos hábitos, crenças e actividades artísticas do meio restrito em que o indivíduo está inserido. Não pode, portanto, entender-se que a identificação cultural tenha, como referentes, as formas variantes que assumem essas vertentes culturais em todo o espaço onde se falam as diferentes variedades de uma mesma língua.

Em resumo, a actividade linguística de cada indivíduo contribui poderosamente para se reconhecer a si próprio e para ser reconhecido pelo outro. É na realidade *um factor de identificação cultural*, mas no uso, e pelo uso, que dela faz o indivíduo e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam como materna.

Para terminar, passeemos um pouco em torno da frase de Fernando Pessoa mil vezes repetida e glosada: “A minha pátria é a língua portuguesa”. Será que esse homem, que falava uma língua dispersa por vários continentes, preferia tal dispersão à envolveria material de fronteiras físicas limitadoras? Ou será que, dividido o poeta entre várias pátrias que podia chamar suas mas a que se não sentia visceralmente ligado, só na língua que falava encontrava a

sua identificação? Talvez por isso pôde explodir, dentro de si mesmo, numa constelação de personagens libertas da obrigação de viver. Porque a linguagem humana lhe ofereceu a possibilidade de não pertencer a nenhuma pátria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ernesto d' e Alain Kihm (orgs.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri.
- BAXTER, Alan (1992). A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia. In Andrade e Kihm, 1992:7-35.
- CHOMSKY, Noam (1968). *Language and mind*. New York: Harcourt, Brace and Jovanovich. A edição utilizada foi a tradução francesa de Louis-Jean Calvet, *Le langage et la pensée*. Paris: Payot, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1966). *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper and Row. A edição utilizada foi a tradução francesa de N. Delanoë e D. Sperber, *La linguistique cartésienne: un chapitre de l'histoire de la pensée rationaliste*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger Publishers. A edição utilizada foi a tradução portuguesa de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves, *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- DUARTE, Inês (1998). Chomsky e Descartes: o uso estratégico de um argumento cartesiano e a fundação das Ciências da Cognição. In Ribeiro dos Santos, Alves e Cardoso (orgs.) *Descartes, Leibniz e a Modernidade*. Lisboa: Colibri, pp. 547-561.
- FARIA, Luisa Leal de (1999). Estudos culturais contemporâneos: construção, desconstrução e uma síntese possível. Lisboa: Universidade Aberta (não publicado).
- GUMPERZ, John J. (1971). *Language in social groups*. Stanford: Stanford University Press.
- HOLM, John (1992). Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In Andrade e Kihm, 1992:38-66.
- HUMBOLDT, Wilhelm von (1822-23). *De l'origine des formes grammaticales*. A edição utilizada foi a tradução espanhola de C. Artal, *Sobre el origen de las formas gramaticales*, Barcelona: editorial Anagram, 1972).
- LEAL, Ernesto de Castro (1999). *Nação e nacionalismos: a cruzada nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- NETO, Serafim da Silva (1950). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. A edição utilizada foi a 3ª, de 1976.
- PINKER, Steven (1995). *The language instinct: how the mind creates language*. New York: Harper Perennial.
- SAPIR, Edward (1921). *Language*. A obra utilizada foi a tradução portuguesa de Joaquim Mattoso Câmara, *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- TITIEV, Mischa (1968). *Introdução à antropologia cultural*. Tradução de João Pereira Neto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- WHORF, Benjamin Lee (1956). *Language, thought, and reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press. A edição utilizada foi a 30ª, de 1978.